



32264238



08027.000644/2025-78



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos  
Gabinete da Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos  
Área de Assessoria da Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos

OFÍCIO Nº 544/2025/Assessoria-SAL/GAB-SAL/SAL/MJ

Brasília, na data da assinatura.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Federal Carlos Veras  
Primeiro-Secretário  
Câmara dos Deputados  
70160-900 - Brasília - DF

**Assunto:** Requerimento de Informação Parlamentar nº 3491/2025, de autoria da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado

**Referência:** Ofício 1ªSec/RI/E/nº 263

Senhor Primeiro-Secretário,

Reporto-me ao Requerimento de Informação Parlamentar nº 3491/2025, de autoria da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, para encaminhar a NOTA TÉCNICA Nº 28/2025/Assessoria-SAL/GAB-SAL/SAL/MJ, da lavra da Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos (SAL), área técnica deste Ministério da Justiça e Segurança Pública, bem como o OFÍCIO Nº 194/2025/DASPAR/PF, elaborado pela Polícia Federal (PF), a fim de subsidiar resposta aos i. parlamentares.

Na oportunidade, renovo protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

**RICARDO LEWANDOWSKI**

Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública

**Anexo:**

- a) NOTA TÉCNICA Nº 28/2025/Assessoria-SAL/GAB-SAL/SAL/MJ (32933106), e
- b) OFÍCIO Nº 194/2025/DASPAR/PF (32261706).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Lewandowski**, **Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 08/09/2025, às 20:58, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **32264238** e o código CRC **57E1FF7C**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, 4º Andar, Sala 436, - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70064-900

Telefone: (61) 2025-3223 - [www.gov.br/mj/pt-br](http://www.gov.br/mj/pt-br)

Para responder, acesse <http://sei.protocolo.mj.gov.br>



32933106



08027.000644/2025-78



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos  
Área de Assessoria da Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos

**NOTA TÉCNICA Nº 28/2025/Assessoria-SAL/GAB-SAL/SAL/MJ**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08027.000644/2025-78**

**INTERESSADO: Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado**

**1. RELATÓRIO**

1.1. Trata-se do Requerimento de Informação nº 3491, de 2025, de autoria da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, encaminhado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), por intermédio do Ofício 1ªSec/RI/E/nº 263, de 06 de agosto de 2025. O citado Requerimento de Informação foi encaminhado ao Gabinete do Ministro, à Ouvidoria-Geral e à Assessoria de Comunicação Social, por meio do OFÍCIO CIRCULAR Nº 148/2025/Assessoria-SAL/GAB-SAL/SAL/MJ (31922922), para conhecimento.

1.2. A Comissão solicita informações ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública sobre *“a decisão do Governo Federal de restringir o acesso público a aproximadamente 16 milhões de documentos relativos a convênios, repasses, obras públicas e emendas parlamentares, com possível prejuízo à segurança institucional, à atuação da Polícia Federal e ao combate à corrupção”*, nos seguintes termos:

- O Ministério da Justiça foi consultado previamente sobre a decisão de suprimir o acesso público aos documentos anteriormente disponíveis na plataforma TransfereGov?
- A Polícia Federal foi informada sobre a medida ou chegou a se manifestar a respeito dos impactos dessa restrição sobre investigações em andamento ou potenciais diligências futuras?
- A restrição de acesso compromete, na visão do Ministério, a efetividade de ações de combate à corrupção, à lavagem de dinheiro ou a fraudes em contratos e convênios públicos?
- Há investigações em curso sob responsabilidade da Polícia Federal que utilizam, ou utilizaram, documentos agora removidos da transparência ativa?
- Em caso afirmativo, quais procedimentos foram adotados para mitigar os prejuízos à produção de provas?
- O Ministério considera que a medida adotada pelo MGI respeita os princípios constitucionais da publicidade e da legalidade, ou que ela representa risco à segurança institucional e à responsabilização penal de agentes públicos envolvidos em desvios de recursos?
- O Ministério da Justiça pretende adotar providências para assegurar que os órgãos de persecução penal tenham acesso integral e tempestivo aos documentos, inclusive em caráter sigiloso, quando necessário?
- Considerando o volume de recursos afetados pela medida (mais de R\$ 600 bilhões), há risco de obstrução à justiça ou de apagamento de evidências relevantes para ações de responsabilização criminal?
- O MJSP avalia que a medida pode beneficiar entidades ou indivíduos investigados por atos lesivos ao erário, inclusive no contexto das chamadas “emendas do relator” ou de repasses a ONGs suspeitas de favorecimento político?

1.3. O feito foi encaminhado à Polícia Federal, por meio do OFÍCIO Nº 482/2025/Assessoria-SAL/GAB-SAL/SAL/MJ (31922930), que respondeu via OFÍCIO Nº 194/2025/DASPAR/PF (32261706).

1.4. É o que basta relatar.

**2. ANÁLISE**

2.1. De acordo com a Constituição Federal, compete aos Ministros de Estado exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração federal na área de sua competência (art. 87, parágrafo único, inciso I). Os Ministros de Estado, ademais, podem ser convocados, pelas Comissões do Congresso Nacional, para *prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições* (art. 58, §2º, inciso III). No mesmo sentido, o art. 50, §2º, destaca que as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações aos Ministros de Estado.

2.2. Por sua vez, o artigo 50 da Constituição Federal e os artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ao regulamentarem o Requerimento de Informação a Ministro de Estado, estabelecem que:

**Constituição Federal**

Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada.

(...)

§ 2º - As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão **encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado** ou a qualquer das pessoas referidas no caput deste artigo, **importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não - atendimento, no prazo de trinta dias**, bem como a prestação de informações falsas.

**Regimento Interno da Câmara dos Deputados**

Art. 115. Serão escritos e despachados no prazo de cinco sessões, pelo Presidente, ouvida a Mesa, e publicados com a respectiva decisão no Diário da Câmara dos Deputados, os requerimentos que solicitem:

I - informação a Ministro de Estado;

(...)

Art. 116. Os pedidos escritos de informação a Ministro de Estado, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não-atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas, serão encaminhados pelo Primeiro-Secretário da Câmara, observadas as seguintes regras:

I - apresentado requerimento de informação, se esta chegar espontaneamente à Câmara ou já tiver sido prestada em resposta a pedido anterior, dela será entregue cópia ao Deputado interessado, caso não tenha sido publicada no Diário da Câmara dos Deputados, considerando-se, em consequência, prejudicada a proposição;

II - os requerimentos de informação somente poderão referir-se a ato ou fato, na área de competência do Ministério, incluídos os órgãos ou entidades da administração pública indireta sob sua supervisão:

a) relacionado com matéria legislativa em trâmite, ou qualquer assunto submetido à apreciação do Congresso Nacional, de suas Casas ou Comissões;

b) sujeito à fiscalização e ao controle do Congresso Nacional, de suas Casas ou Comissões;

c) pertinente às atribuições do Congresso Nacional;

III - não cabem, em requerimento de informação, providências a tomar, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósitos da autoridade a que se dirige; (destaque nosso)

### 2.3. Nos termos da **Lei 14.600, de 19 de junho de 2023**, compete ao Ministério da Justiça e Segurança Pública o que segue:

Art. 35. Constituem áreas de competência do Ministério da Justiça e Segurança Pública:

I - defesa da ordem jurídica, dos direitos políticos e das garantias constitucionais;

II - política judiciária;

III - políticas de acesso à justiça;

IV - diálogo institucional com o Poder Judiciário e demais órgãos do sistema de justiça, em articulação com a Advocacia-Geral da União;

V - articulação, coordenação, supervisão, integração e proposição das ações do governo e do Sisnad quanto à:

a) prevenção e repressão a crimes, a delitos e a infrações relacionados às drogas lícitas e ilícitas;

b) educação, informação e capacitação com vistas à prevenção e redução do uso, do uso problemático ou da dependência de drogas lícitas e ilícitas;

c) reinserção social de pessoas com problemas decorrentes do uso, do uso problemático ou da dependência do álcool e outras drogas; e

d) manutenção e atualização do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas;

VI - defesa da ordem econômica nacional e dos direitos do consumidor;

VII - nacionalidade, migrações e refúgio;

VIII - ouvidoria-geral do consumidor e das polícias federais;

IX - prevenção e combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo;

X - cooperação jurídica internacional;

XI - coordenação de ações para combate a infrações penais em geral, com ênfase em crime organizado e em crimes violentos;

XII - coordenação e promoção da integração da segurança pública no território nacional, em cooperação com os entes federativos;

XIII - execução das atividades previstas no § 1º do art. 144 da Constituição Federal, por meio da polícia federal;

XIV - execução da atividade prevista no § 2º do art. 144 da Constituição Federal, por meio da polícia rodoviária federal;

XV - política de organização e manutenção da polícia civil, da polícia militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, nos termos do inciso XIV do caput do art. 21 da Constituição Federal;

XVI - defesa dos bens e dos próprios da União e das entidades integrantes da administração pública federal indireta;

XVII - coordenação do Sistema Único de Segurança Pública;

XVIII - planejamento, coordenação e administração da política penal nacional;

XIX - promoção da integração e da cooperação entre os órgãos federais, estaduais, distritais e municipais e articulação com os órgãos e as entidades de coordenação e supervisão das atividades de segurança pública;

XX - estímulo e propositura aos órgãos federais, estaduais, distritais e municipais de elaboração de planos e programas integrados de segurança pública, com o objetivo de prevenir e reprimir a violência e a criminalidade;

XXI - desenvolvimento de estratégia comum baseada em modelos de gestão e de tecnologia que permitam a integração e a interoperabilidade dos sistemas de tecnologia da informação dos entes federativos, nas matérias afetas ao Ministério;

XXII - planejamento, administração, promoção da integração e da cooperação entre os órgãos federais, estaduais, distritais e municipais e articulação com os órgãos e as entidades de coordenação e supervisão das atividades de políticas penais;

XXIII - tratamento de dados pessoais;

XXIV - assistência ao Presidente da República em matérias não relacionadas a outro Ministério; e

XXV - reconhecimento e demarcação das terras e dos territórios indígenas.

2.4. Dito isto, passa-se à análise da solicitação parlamentar. Verifica-se que a Comissão almeja informações sobre restrição de acesso a documentos *"relativos a convênios, repasses, obras públicas e emendas parlamentares, com possível prejuízo à segurança institucional, à atuação da Polícia Federal e ao combate à corrupção"*.

2.5. Neste ponto, como apontado supra, a Polícia Federal foi questionada, tendo enviado resposta oportunamente, informando que *"a PF não foi consultada previamente sobre tal iniciativa e tampouco teve acesso aos termos formais da decisão que impôs o sigilo sobre os referidos documentos, de forma que não há elementos técnicos e jurídicos que possibilitem uma análise detida quanto à motivação, abrangência e legalidade da medida"*.

2.6. Lado outro, são necessárias ainda algumas informações a fim de complementar as respostas ao pedido parlamentar. Primeiramente, é importante frisar que a Plataforma Transferegov.br, objeto do requerimento em epígrafe, é serviço vinculado ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), conforme se pode visualizar em <https://www.gov.br/transferegov/pt-br>.

2.7. Esclarece-se, também, que o presente requerimento não é a via adequada para buscar opinião, reflexão ou parecer sobre atos de competência de outras pastas ou mesmo sobre a legislação vigente, em virtude da proibição constante do art. 116, III, do Regimento

Interno da Câmara dos Deputados, que veda *expressamente* que os Requerimentos de Informação tenham por objeto “**providências a tomar, consulta ou interrogação sobre propósitos da autoridade a que se dirige**”, que novamente se reproduz, *infra*:

Art. 116. Os pedidos escritos de informação a Ministro de Estado, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não-atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas, serão encaminhados pelo Primeiro-Secretário da Câmara, observadas as seguintes regras:

(...)

II - os requerimentos de informação somente poderão referir-se a ato ou fato, na área de competência do Ministério, incluídos os órgãos ou entidades da administração pública indireta sob sua supervisão:

a) relacionado com matéria legislativa em trâmite, ou qualquer assunto submetido à apreciação do Congresso Nacional, de suas Casas ou Comissões;

b) sujeito à fiscalização e ao controle do Congresso Nacional, de suas Casas ou Comissões;

c) pertinente às atribuições do Congresso Nacional;

III - **não cabem**, em requerimento de informação, **providências a tomar, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósitos da autoridade a que se dirige**;

(destaque nosso)

### 3. CONCLUSÃO

3.1. São essas as informações complementares que se submete ao Exmo. Senhor Ministro da Justiça e Segurança Pública, para envio à Primeira Secretaria da Câmara dos Deputados, em resposta ao RIC nº 3491, de 2025.

Brasília, 05 de setembro de 2025.

**BETINA GÜNTHER SILVA**

Assessora Especial do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Betina Gunther Silva, Assessor(a) Especial do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 05/09/2025, às 18:03, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **32933106** e o código CRC **3DB4AFB2**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL

OFÍCIO Nº 194/2025/DASPAR/PF

Brasília, na data da assinatura.

À Senhora  
Betina Gunther Silva  
Assessora Especial do Ministro  
Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Edifício-Sede  
70064-900 Brasília/DF

**Assunto: Apresentação de subsídios para resposta ao RIC nº 3491/2025, de autoria da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado**

**Referência:** Ofício 482/2025 ASSESSORIA-SAL/GAB-SAL/SAL/MJ - Processo SEI-MJSP nº 08027.000644/2025-78.

Senhora Assessora,

Em atenção ao Ofício em referência, relativo ao Requerimento de Informação Parlamentar - RIC nº 3491/2025, de autoria da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, da Câmara dos Deputados, no qual "Requer o envio de pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, sobre a decisão do Governo Federal de restringir o acesso público a aproximadamente 16 milhões de documentos relativos a convênios, repasses, obras públicas e emendas parlamentares, com possível prejuízo à segurança institucional, à atuação da Polícia Federal e ao combate à corrupção", de ordem informa-se que, conforme manifestação da área técnica responsável, registra-se que a PF não foi consultada previamente sobre tal iniciativa e tampouco teve acesso aos termos formais da decisão que impôs o sigilo sobre os referidos documentos, de forma que não há elementos técnicos e jurídicos que possibilitem uma análise detida quanto à motivação, abrangência e legalidade da medida.

Atenciosamente,

**BIANCA RONDINELI CEREGATTI MURAD**  
Delegada de Polícia Federal  
Chefe de Gabinete da Direção-Geral



Documento assinado eletronicamente por **BIANCA RONDINELI CEREGATTI MURAD, Chefe de Gabinete**, em 10/07/2025, às 17:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=93693831&crc=C0BD775A](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=93693831&crc=C0BD775A).  
Código verificador: **93693831** e Código CRC: **C0BD775A**.

Praça dos Três Poderes, Senado Federal, Anexo I, 27º andar, sala 11, Brasília/DF  
CEP 70165-900, Telefone: (61) 3303-1018  
E-mail: [daspar@pf.gov.br](mailto:daspar@pf.gov.br)

Referência: Processo nº 08200.024073/2025-17

SEI nº 93693831



**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2025**  
**(Da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado)**

Requer o envio de pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, sobre a decisão do Governo Federal de restringir o acesso público a aproximadamente 16 milhões de documentos relativos a convênios, repasses, obras públicas e emendas parlamentares, com possível prejuízo à segurança institucional, à atuação da Polícia Federal e ao combate à corrupção

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos artigos 115, I e 116, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito à Vossa Excelência que seja encaminhado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, Sr. Ricardo Lewandowski, pedido de informações sobre a decisão do Governo Federal de restringir o acesso público a aproximadamente 16 milhões de documentos relativos a convênios, repasses, obras públicas e emendas parlamentares, com possível prejuízo à segurança institucional, à atuação da Polícia Federal e ao combate à corrupção.

Cumprе destacar, em conformidade com a estrutura regimental do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que compete ao ministério a defesa da ordem jurídica, dos direitos políticos e das garantias constitucionais; da política judiciária; das políticas de acesso à justiça; e do diálogo institucional com o Poder Judiciário e demais órgãos do Sistema de Justiça.

Desta forma, os dados que por acaso não estejam em posse do Ministério da Justiça e Segurança Pública, devem ser solicitados ao Conselho Nacional de Justiça, em diálogo institucional regimental, garantido ao Parlamento a integralidade dos dados solicitados via Comissão.

Com o intuito de prestar esclarecimentos a esta Honrosa Casa, solicita-se as seguintes informações:

- O Ministério da Justiça foi consultado previamente sobre a decisão de suprimir o acesso público aos documentos anteriormente disponíveis na plataforma TransfereGov?
- A Polícia Federal foi informada sobre a medida ou chegou a se manifestar a respeito dos impactos dessa restrição sobre investigações em andamento ou potenciais diligências futuras?





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

- A restrição de acesso compromete, na visão do Ministério, a efetividade de ações de combate à corrupção, à lavagem de dinheiro ou a fraudes em contratos e convênios públicos?
- Há investigações em curso sob responsabilidade da Polícia Federal que utilizam, ou utilizaram, documentos agora removidos da transparência ativa?
- Em caso afirmativo, quais procedimentos foram adotados para mitigar os prejuízos à produção de provas?
- O Ministério considera que a medida adotada pelo MGI respeita os princípios constitucionais da publicidade e da legalidade, ou que ela representa risco à segurança institucional e à responsabilização penal de agentes públicos envolvidos em desvios de recursos?
- O Ministério da Justiça pretende adotar providências para assegurar que os órgãos de persecução penal tenham acesso integral e tempestivo aos documentos, inclusive em caráter sigiloso, quando necessário?
- Considerando o volume de recursos afetados pela medida (mais de R\$ 600 bilhões), há risco de obstrução à justiça ou de apagamento de evidências relevantes para ações de responsabilização criminal?
- O MJSP avalia que a medida pode beneficiar entidades ou indivíduos investigados por atos lesivos ao erário, inclusive no contexto das chamadas “emendas do relator” ou de repasses a ONGs suspeitas de favorecimento político?

Por essas razões, solicito o encaminhamento do presente Requerimento de Informações e esclarecimentos para que possamos avaliar os fatos de maneira mais apropriada.

Por fim, incumbe salientar que a solicitação decorre da aprovação do Requerimento nº 136/2025, de autoria do Deputado Evair Vieira de Melo PP/ES, aprovado pelo plenário desta Comissão, na reunião deliberativa realizada em 27 de maio de 2025.

Sala das Comissões, em 09 de junho de 2025.

*(Assinado eletronicamente)*

Deputado Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP)

**Presidente da CSPCCO**

Apresentação: 09/06/2025 18:41:47.197 - Mesa

RIC n.3491/2025

